



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**PROJETO BÁSICO PARA AÇÕES DE TREINAMENTO**

**1 - OBJETO:**

Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação através da contratação de **60 vagas** no curso ON LINE “Capacitação em Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais”, promovido pela entidade PS Treinamento Profissional e Consultoria empresarial LTDA (Escola GDI), no CNPJ sob o número 38.593.731/0001-60, conforme descrição abaixo

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Capacitação</b>           | Capacitação em Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais  |
| <b>Período de Realização</b> | Junho/2022 – segundo cronograma do Projeto de Implantação do RDC-Arq no TRE-CE<br>Realização da Capacitação em Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais (SIGAD e Rdc);   |
| <b>Programa</b>              | Fundamentos conceituais, práticos e técnicos em SIGAD e RDC-ARQ a partir dos estudos, das vivências e implementações de aplicações/atualização quanto a legislação nacional e normativas ISO/OAIS <i>acerca da</i> temática/demonstração de aplicações práticas de uso de SIGAD e RDC-ARQ. |
| <b>Carga Horária</b>         | 30 h/a   |
| <b>Metodologia</b>           | Online   |
| <b>Participantes</b>         | 60 (Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo/Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral/Secretaria de Informática/Secretaria Judiciária/ Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;/Comissão de Gestão da Memória/Zonas Eleitorais)   |
| <b>Valor da hora-aula</b>    | R\$ 997,00   |
| <b>Valor por aluno</b>       | R\$ 498,50   |
| <b>Valor Total</b>           | R\$ 29.910,00  |
| <b>Diárias e Passagens</b>   | ( ) SIM ( x ) NÃO  |

**2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Justifica-se a presente contratação pela necessidade de capacitar servidores na gestão documental e gestão da memória institucional, através de conhecimentos teóricos e práticos relacionados a "Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais (Sigad e RDC-Arq)".

A capacitação terá em seu conteúdo programático: Fundamentos conceituais, práticos e técnicos em SIGAD e RDCArq, a partir de estudos, vivências e implementação de

São objetivos da capacitação as atividades relacionadas à manutenção da autenticidade, acesso a longo prazo e preservação da integridade de arquivos digitais.

O Repositório de Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), segundo definições do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), é um ambiente para preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais, pelo tempo determinado pela Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de cada organização. O Sistema Integrado de Gestão Arquivística de Documentos é um dos requisitos para a implantação de um RDC-Arq.

Nos últimos anos, com a massificação do uso da tecnologia, o volume de documentos arquivísticos digitais cresceu exponencialmente. A partir dessas demandas, surge a necessidade de uma solução para gerir, armazenar e permitir o acesso a tais documentos, atendida pelo Sigad e o RDC-Arq.

O art. 34 da Resolução CNJ n.º 324/2020 determina expressamente a adoção do RDC-Arq, em todos os órgãos do Poder Judiciário. Some-se à Resolução TRE-CE no 807/2021, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental, objetiva garantir a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos e/ou processos administrativos e judiciais, assegurando a recuperação das informações de forma ágil e eficaz. Referida norma traz em seu art. 27 a previsão de que os sistemas informatizados de gestão de processos e documentos, os documentos digitais avaliados como de guarda permanente devem, depois de expirado o seu valor primário, ser objeto de proteção especial por meio de medidas de preservação eletrônica, visando ao acesso permanente no tempo, independente de evoluções tecnológicas e do sistema originário.

Dessa forma, faz-se necessária a realização do curso em comento, sob a modalidade EAD, tendo em vista não só as medidas de prevenção ao coronavírus, como também da possibilidade de capacitar mais servidores com menor custo.

### 3 - CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE:

A contratação direta dos serviços de capacitação em questão possui fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

*Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

$$(\dots)$$

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

O Tribunal de Contas da União consolidou seu posicionamento quanto à possibilidade de contratação, por inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos prestados por pessoas físicas ou jurídicas, por meio da Súmula TCU n.º 252/2010, bem como em face nova redação, conferida pelo Acórdão n.º 1437/2011 - Plenário, à Súmula TCU n.º 39/2011, nos seguintes termos:

[Súmula n.º 252/2010]

A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

[Súmula n.º 39/2011]

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, caso de contratação excepcional e de caráter único.

*ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.*

De igual modo, enfatizando a singularidade do serviço a ser prestado, destaca-se Orientação TRE Normativa n.º 18, de 1º/04/2009, da Advocacia-Geral da União:

*CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93, CONFERENCISTAS PARA MINISTRAR CURSOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL, OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS, DESDE QUE CARACTERIZADA A SINGULARIDADE DO OBJETO E VERIFICADO TRATAR-SE DE NOTÓRIO ESPECIALISTA.*

O presente serviço é considerado como sendo técnico especializado, ou seja, tem como característica principal ser executado de forma predominantemente intelectual. Além disso, possui característica em sua execução que o torna de natureza singular, realizada por profissionais e/ou empresas com notória especialização. A singularidade do serviço que será prestado decorre da metodologia empregada, do sistema pedagógico, do material e recursos didáticos, no enfoque do conteúdo a ser ministrado, na preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados, que são o que afinal importa obter. Nada disso pode ser predeterminado por ser característica única de quem a realiza.

A notória especialização se manifesta por meio da comprovação da atuação do(s) seu(s) instrutor(es), responsáveis pela capacitação, conforme consta no documento PAD nº 32.610/2022 e dos atestados de capacidade técnica apresentados, conforme documento PAD nº 32605/2022.

#### **4 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

A escolha pela contratação de empresa com *expertise* no assunto, que conta com profissionais com notório saber.

#### **5 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

A empresa apresentou nota de empenho comprovando o valor cobrado pelo treinamento (doc. PAD nº 53.587/2022).

#### **6 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

PTRES – Programa de Trabalho Resumido : 084.574 – Capacitação de Recursos Humanos PI – Plano Interno: ECE TREINA Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Subelemento: 48 – Serviços de Seleção e Treinamento.

#### **7 – ANEXOS:**

Proposta da empresa, comprovante de inscrição no CNPJ e situação cadastral, consulta e declaração de optante pelo Simples Nacional, declaração de não contratação de menor de idade na forma do exigido na CREB/88, currículo dos

instrutores, atestados de capacidade técnica, certidões de regularidade fiscal e nota de empenho.

#### **8 - RESPONSÁVEIS PELO PROJETO:**

*(assinado eletronicamente)*  
Francisco Ednardo Carneiro de Almeida  
Seção de Capacitação

*(assinado eletronicamente)*  
Cláudio Emmanuel Medeiros Dantas  
Coordenadoria de Apoio Administrativo

Fortaleza, 31/03/2022